
FICHA TÉCNICA

TÍTULO DA PUBLICAÇÃO

Direito na lusofonia. Cultura, direito humanos e globalização

COORDENADORES

Prof. Doutor Mário Ferreira Monte
Prof.^a Doutora Maria Clara Calheiros
Prof.^a Doutora Maria Assunção do Vale Pereira
Prof.^a Doutora Anabela Gonçalves

DATA DE PUBLICAÇÃO

Março de 2016

EDIÇÃO

Escola de Direito da Universidade do Minho

IMPRESSÃO

Graficamares

EXEMPLARES

150 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

409737/16

ISBN

978-989-97970-7-9

A COOPERAÇÃO TÉCNICO-POLICIAL NO ESPAÇO DA LUSOFONIA E IBERO- -AMERICANO: O ATLÂNTICO COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DA AÇÃO EXTERNA PORTUGUESA?

Paulo Valente Gomes⁽¹⁾

1. Introdução e razão de ordem

Gostaria de começar por agradecer, na pessoa do ilustríssimo Presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho, Professor Doutor MÁRIO MONTE, o amável convite que me foi dirigido para participar neste importante congresso internacional sobre o Direito na Lusofonia.

Quero também aproveitar o ensejo para felicitar, por um lado, a Universidade do Minho pela celebração dos seus 40 anos e, por outro, a sua Escola de Direito pela comemoração dos seus 20 anos de existência e pela qualidade do seu trabalho, fazendo votos para que continue a prestigiar o Direito e a Universidade portuguesa, no plano nacional e internacional.

O tema sobre o qual que me proponho refletir convosco é o da importância da cooperação técnico-policial na política externa portuguesa, do impacto dessa vertente no espaço da lusofonia, bem como das vantagens do seu alargamento a outros palcos, concretamente, o espaço ibero-americano.

¹ Superintendente da Polícia de Segurança Pública. Oficial de Ligação do Ministério da Administração Interna na Embaixada de Portugal em Paris.

Começarei por me referir às grandes linhas programáticas da nossa política externa, que enquadram naturalmente as prioridades da nossa cooperação policial internacional. Falarei depois da importância do espaço da lusofonia, pela sua dispersão geográfica e peso relativo no contexto internacional, enfatizando o papel de Portugal na União Europeia e o protagonismo crescente do Brasil e da África lusófona no plano internacional.

Destacarei, neste quadro, o papel que a Polícia de Segurança Pública (PSP) e, em particular, o seu Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) têm vindo a desempenhar na projeção da nossa Polícia e do nosso País. Neste particular, acentuarei a importância da exportação da segurança para outras regiões e países, como forma de promover a estabilidade, o desenvolvimento humano e o crescimento económico.

Em seguida, e no mesmo registo, elaborarei sobre as vantagens da projeção da nossa cooperação policial para um espaço mais alargado, o do mundo ibero-americano.

2. A cooperação policial como vetor da nossa política externa

Julgo essencial começar por enunciar as grandes linhas da nossa política externa, que balizam e orientam toda a nossa atividade de cooperação policial internacional, como aliás toda a ação desenvolvida ao nível internacional pelos diversos setores da nossa Administração Pública.

As grandes linhas programáticas da nossa política externa constam do Programa do XIX Governo Constitucional. Refere este documento que a política externa assenta em três grandes pilares: as opções europeias, atlânticas e lusófonas, que reúnem largo consenso político e social.

Sobretudo durante a presente legislatura, o acento tónico da nossa política externa tem sido colocado na diplomacia económica, visando a recuperação do nosso prestígio internacional e o fomento da atividade económica.

Um dos objetivos estratégicos desta política é o reforço da importância do relacionamento com os países de expressão oficial portuguesa, promovendo a língua portuguesa como fator estratégica e economicamente relevante.

No plano das relações bilaterais e multilaterais, sublinha-se a importância geoestratégica de Portugal como um país europeu com especial vocação para reforçar a cooperação europeia com outros espaços e “como pivô de alianças privilegiadas com países e comunidades regionais com forte presença da língua portuguesa”.

Neste particular, o nosso país desempenha um papel fulcral como interface entre a Europa e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O espaço da lusofonia é, e será sempre, um vetor fundamental da nossa ação externa e é com ele, e através dele, que Portugal ganhará mais protagonismo na Europa e nas várias organizações internacionais de que faz parte.

Portugal, obreiro da primeira aldeia global, tem vantagens comparativas ímpares que deve saber gerir, fruto da sua História e conhecimento secular dos povos e das culturas dos cinco continentes.

Apenas uma nota ilustrativa da importância que Portugal e a língua portuguesa ainda têm em paragens remotas e que são relativamente desconhecidas: na Tailândia, o Português ainda é a língua usada para a celebração de acordos e tratados internacionais.

O património comum à CPLP, sobretudo na sua dimensão linguística e cultural, é determinante para o aprofundamento das relações comerciais, de serviços e de investimentos, tendo em vista, no futuro, a construção de um grande espaço económico lusófono. A segurança e a confiança nas instituições políticas e administrativas são condição *sine qua non* para o sucesso desse espaço económico alargado.

A língua portuguesa é um ativo importantíssimo para a afirmação de Portugal e da CPLP na arena internacional. O Português é uma das línguas oficiais da União Europeia, do Mercosul, da União de Nações Sul-Americanas, da Organização dos Estados Americanos, da Organização dos Estados Ibero-Americanos, da União Africana e dos Países Lusófonos. Com aproximadamente 280 milhões de falantes, o Português é a quinta língua mais falada no mundo, a terceira mais falada no hemisfério ocidental e a mais falada no hemisfério sul da Terra. Além disso, o Português constitui a base de cerca de vinte línguas crioulas.

Mas, para que haja desenvolvimento e crescimento económico, não basta contarmos com este património comum que é a língua, a história e a cultura. Torna-se necessário que estejam criadas, à partida, as condições de paz, de segurança e de estabilidade política e social. E é neste ponto que a cooperação técnico-policial assume um papel que merece ser reconhecido e reforçado.

3. O triângulo atlântico

Portugal tem sido historicamente um ator central nas relações entre a Europa, a África subsaariana e a América do Sul. O chamado “triângulo atlântico” continuará a ser, em nossa opinião, o espaço natural de afirmação do nosso país. Sobretudo num período em que a Europa procura redefinir o seu papel histórico num mundo globalizado, Portugal retirará todas as vantagens em reforçar a sua

cooperação com os dois continentes nos quais se depositam mais esperanças de crescimento e desenvolvimento nas próximas décadas.

Desde logo, o continente africano, que integra cinco (em breve, juntar-se-á a Guiné Equatorial) países de expressão oficial portuguesa e outros sete onde o Português é ensinado nas escolas – Zâmbia, República do Congo, Senegal, Namíbia, Suazilândia, Costa do Marfim e África do Sul –, é a parte do globo com maior potencial de crescimento ao longo deste século. Vários países africanos apresentam, ao longo da última década, taxas de crescimento do PIB impressionantes. Uma vez criadas as condições básicas de desenvolvimento humano e reforçadas as instituições de governação, a confiança dos povos africanos na sua capacidade de vencer será a alavanca decisiva para que este continente recupere o protagonismo que perdeu há vários séculos. Angola e Moçambique são, do ponto de vista económico, dois notáveis exemplos de crescimento económico acelerado e do potencial deste continente riquíssimo em recursos naturais.

Mas também a América Latina, porque apresenta uma assinalável capacidade de crescimento económico, de consolidação das suas instituições políticas e de robustecimento das suas classes médias, e porque tem uma forte presença das comunidades portuguesas, deve constituir uma prioridade da nossa política externa e de cooperação policial.

O Brasil, um dos BRICS, tem registado, sobretudo ao longo da última década, um processo muito acelerado de crescimento e de modernização, sendo já a sexta potência económica mundial (estimando-se que, em 2014, passará para o quinto lugar). As necessidades de formação e de modernização das muitas instituições académicas e policiais brasileiras têm aumentado exponencialmente a procura junto das nossas Polícias, sobretudo da PSP. Além disso, o Brasil vai ser, nesta década, o organizador dos maiores eventos desportivos internacionais: o Mundial de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos de Verão, no Rio de Janeiro, em 2016. Daí que a formação de quadros intermédios e superiores e a assistência técnico-policia sejam áreas a privilegiar no domínio da cooperação luso-brasileira, nos próximos anos, investimento que trará um retorno importante para o nosso país, em termos de prestígio e de visibilidade regional e internacional.

A Europa, apesar de tudo, continua a ser, para o resto do Mundo, um referencial de valores democráticos, de cultura, de conhecimento e de criatividade, que importa capitalizar na relação com o resto do Mundo. Os modelos europeus de governação, de segurança, de cultura democrática e de respeito dos direitos humanos são um fator de competitividade não negligenciável. As administrações, as polícias, as universidades, os centros de investigação são exportadores desses valores e dessa cultura europeia que, ao longo dos últimos cinco séculos, tem moldado os restantes continentes.

Portugal, aliando a sua vocação europeia, atlântica e global, posiciona-se num lugar privilegiado para continuar a partilhar com os outros povos uma visão muito particular do Mundo, que resulta do cruzamento secular da cultura lusófona com o modelo europeu de civilização.

4. A cooperação policial na lusofonia

O facto de Portugal ter sido um Império à escala global durante vários séculos levou a que houvesse uma uniformidade da sua ordem jurídica e das suas instituições político-administrativas na metrópole e nas províncias ultramarinas. Com a independência das colónias, todo esse património jurídico e institucional foi em grande medida preservado, mantendo-se ainda hoje fortes traços do nosso Direito e, por exemplo, da nossa matriz policial.

A Polícia de Segurança Pública foi a única Polícia da metrópole que, durante décadas, esteve presente em todas as províncias africanas, indianas, asiáticas e da Oceânia, deixando uma marca indelével da sua cultura, organização e administração nas atuais Polícias nacionais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, bem como em Macau e Timor-Leste.

Depositária desse património histórico, a PSP, desde o início de funcionamento da sua Escola Superior de Polícia (ESP), em outubro de 1984, privilegiou a cooperação com vários desses países, dispensando formação profissional e superior universitária a cadetes e oficiais de várias Polícias do mundo lusófono. Neste momento, já ultrapassa a centena o número de oficiais desses países que concluíram os seus cursos de formação superior nesta escola, que entretanto passou a denominar-se ISCPSI.

Além disso, várias centenas de oficiais frequentaram estágios, seminários ou ações de curta duração. Alguns dos oficiais formados pela ESP/ISCPSI já ocuparam ou ocupam cargos de grande destaque nas suas Polícias nacionais ou nas estruturas de coordenação da segurança interna, como foi o caso de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe ou de Macau.

Mais recentemente, e sobretudo desde 2008, o ISCPSI desenvolveu uma intensa cooperação com várias academias de polícia, escolas de magistrados e universidades de Norte a Sul do Brasil, numa parceria que já começa a dar os seus frutos. O formato desta parceria é singular, pois associa sempre uma escola de polícia ou de magistrados e uma reconhecida universidade federal ou estadual brasileira, de modo a reforçar a qualidade da formação e facilitar o reconhecimento dos graus académicos. Outro aspeto importante nesta matriz de cooperação é o respeito pelo princípio da reciprocidade: há intercâmbio de alunos mas também de professores e investigadores e o quadro docente é cada

vez mais alargado, também, a docentes hispânicos. O conhecimento mútuo dos sistemas jurídicos, dos modelos policiais e das realidades sociais tem ajudado ambos os países a pensar em conjunto os fenómenos da segurança e a encontrar novas soluções. Esta linha de cooperação policial com o Brasil é, em meu entender, a que terá um maior potencial de desenvolvimento nos próximos anos, assim do nosso lado haja capacidade para dar resposta a um tão grande volume de solicitações da parte dos nossos congêneres brasileiros.

Também desde 2008, o ISCPSI tem vindo, através do seu mestrado em ciências policiais e das suas pós-graduações em diversas especialidades, a alargar a sua oferta a licenciados e quadros civis desses países.

O curso de doutoramento em ciências policiais, a iniciar em breve, o primeiro em todo o mundo, será a cúpula de um edifício académico policial que se pretende uma referência a nível europeu e do mundo lusófono e latino.

Muitos destes alunos africanos e brasileiros mantêm contactos regulares com Portugal, com a PSP ou com o ISCPSI, sinal de que ficaram positivamente marcados pela sua formação e pela cultura do nosso país. Estes oficiais, quadros superiores e civis constituem uma verdadeira rede social de difusão dos valores, dos princípios e da cultura de Portugal e da Polícia Portuguesa. São também por isso embaixadores da lusofonia. Este é um valor intangível que deveremos saber rentabilizar melhor, no futuro. Designadamente, deveremos ter consciência da importância que esta rede de oficiais tem para uma melhor integração e relacionamento das suas Polícias com os nossos cidadãos e empresas que se instalam nesses países.

Este domínio da partilha de conhecimento e de saber no âmbito do Direito e da Polícia na CPLP é, sem dúvida, um daqueles em que Portugal está a trabalhar adequadamente e onde deve investir mais no futuro, pois reforça significativamente o seu *soft power* no contexto internacional. O valor acrescentado de cada cêntimo investido neste setor é imenso e dificilmente mensurável.

5. A cooperação policial no espaço ibero-americano

A língua espanhola é falada em 135 países ou territórios, ainda que fundamentalmente em 55 deles, sendo o idioma mais falado em 27. Há 500 milhões de hispanófonos no Mundo. Se a estes somarmos os lusófonos, temos uma comunidade de cerca de 800 milhões de falantes das duas línguas ibéricas. Este é o terceiro maior grupo linguístico e cultural a nível planetário, logo a seguir ao mandarim e ao inglês.

Dada a proximidade linguística, histórica e cultural entre os espaços lusófono e hispânico, vemos toda a utilidade em que, do ponto de vista geopolítico

e geoestratégico, se aposte cada vez mais neste tabuleiro luso-hispânico, retirando vantagens políticas, no contexto das organizações internacionais, mas também ao nível económico, pelo fato de sermos a terceira maior comunidade a nível mundial.

Esse caminho já começou a ser trilhado, estando em funcionamento ou em fase de instalação várias estruturas de cooperação policial no espaço ibero-americano. Desde logo, a AMERIPOL, uma organização pan-americana de Polícias, que já integra, como observadores, a Espanha e Portugal (neste caso, através da PSP). Também começou a funcionar, em finais de 2012, um Fórum de Diretores de Polícia Ibero-Americanos, no contexto da Reunião de Ministros do Interior da Ibero-América. Este fórum já decidiu a criação de uma Rede de Escolas de Polícia Ibero-Americanas (IBERPOL), cujo secretariado ficará sediado em Ávila, na Escola de Polícia espanhola, bem como a criação de uma rede ibero-americana de troca de informações policiais, que será coordenada pela Polícia Federal do Brasil.

No âmbito da CPLP, também existem, há vários anos, estruturas similares: funciona com regularidade a Reunião de Diretores de Polícia da CPLP, com resultados tangíveis no plano da formação e da assistência técnica e operacional. O objetivo, no curto-médio prazo, será integrar a Região Administrativa Especial de Macau neste grupo, com o estatuto de observador, dado que o seu Direito e as suas instituições de segurança mantêm uma forte identidade e proximidade com a matriz portuguesa, que importa preservar, dada a importância crucial da China na área do Pacífico e no Mundo.

Também ao nível europeu, é patente o crescente interesse pela cooperação policial internacional, como fator de sucesso da política externa nacional e europeia. Por exemplo, o Grupo Fontanot, criado por iniciativa do Ministério do Interior francês, e que reúne vários países europeus e integra os Estados Unidos da América como observador, tem assegurado uma eficaz articulação entre as várias iniciativas e projetos nacionais de cooperação técnico-policial com os países do Magrebe e da África Ocidental, permitindo ganhar sinergias e evitar duplicação de esforços. Portugal tem aqui um papel de relevo enquanto elo de ligação, quer com os países do Magrebe, quer com os países lusófonos do Golfo da Guiné, área geográfica que tem ganho crescente importância no plano estratégico e de segurança, na relação triangular entre Europa, África e América Latina.

6. Conclusão

À guisa de conclusão, diria que a cooperação técnico-policial ou, se quisermos, num âmbito mais alargado, a cooperação entre as universidades,

as escolas de magistrados e as Polícias, em matérias de direito, de justiça e segurança, é uma área com um forte potencial de crescimento, com importantes vantagens em termos de custo-benefício.

O grande recurso de Portugal e a sua grande vantagem comparativa, no concerto das nações, é a sua rica História, o seu património linguístico e cultural, a sua criatividade, o seu conhecimento e saber e, não menos importante, a sua atitude universalista e humanista.

Portugal só ganhará em fazer valer esta sua riqueza imaterial, estabelecendo e reforçando relações no contexto da CPLP e ibero-americano, pois, numa lógica de escala, estas duas grandes comunidades terão muito mais facilidade em se afirmarem no contexto da Organização das Nações Unidas e das demais organizações internacionais e intergovernamentais, seja à escala global, seja à escala continental ou regional.

Portugal, através das suas escolas de direito, de magistratura e de polícia e das suas instituições policiais e judiciárias, deverá continuar a apostar na partilha da sua experiência e conhecimento nos domínios do direito, da justiça e segurança, sobretudo na CPLP e no espaço ibero-americano, dando o seu contributo para a melhoria da qualidade da governança, da democracia, do Estado de Direito e do respeito dos direitos humanos.

Desse modo, o nosso país e os seus aliados naturais lusófonos e hispânicos estarão também a contribuir decisivamente para melhorar as condições que propiciam o crescimento económico e a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, em suma, para o bem-estar dos povos desta grande comunidade.

Daí que, e concluo com esta reflexão, o investimento na cooperação técnico-policial, ou, em sentido mais lato, a partilha de experiência e saber entre instituições e academias portuguesas e do espaço luso-hispânico, nas áreas do direito, da justiça e segurança, é, nos dias de hoje e seguramente no futuro, um dos vetores mais importantes para, de forma direta e indireta, reforçar a afirmação do prestígio, da credibilidade e da visibilidade de Portugal, a nível regional e global.

A vocação de Portugal e dos Portugueses foi e será sempre a de criar pontes sólidas entre a Europa e os outros continentes, partilhando com outros povos os valores, a História, o conhecimento e a cultura europeia, na construção de um Mundo mais justo, pacífico e solidário.

Paris, 20 de fevereiro de 2014